

TERMO DE ABERTURA

Procedo a abertura do Processo nº 141103.000101/2026-00 que tem como finalidade a condução do 20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa.

Recife, *data da assinatura digital*.

Rayssa Kelly Melo das Mercês
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Kelly Melo das Mercês**, Gerente, em 31/03/2026, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?](http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0215141** e o
código CRC **7CD89479**.

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Etapas e atividades do 20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa Corecon-PE

Data sugerida	Atividade
10/04/2026	Publicação do Edital do concurso de monografias no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE)
13/04/2026 a 17/06/2026	Período de inscrições das monografias de graduação indicadas pelas coordenações de curso
Até 31/05/2026	Definição da Comissão Julgadora
19/06/2026	Envio das monografias à Comissão Julgadora
Entre 27 e 30/07/2026	Reunião da Comissão Julgadora com a Comissão Organizadora para obter classificação dos três primeiros colocados, com base na avaliação da Comissão Julgadora
Até 31/07/2026	Divulgação dos resultados
08/2026	Solenidade de entrega da premiação aos vencedores

Recife, *data da assinatura digital*.

Rayssa Kelly Melo das Mercês
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Kelly Melo das Mercês**, **Gerente**, em 31/03/2026, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0215142** e o código CRC **6D566F96**.

MINUTA

20º PRÊMIO PERNAMBUCO DE ECONOMIA DIRCEU PESSOA CORECON-PE - EDIÇÃO 2026

REGULAMENTO

I - DO OBJETIVO

Art. 1º O “Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE”, promovido pelo Conselho Regional de Economia da 3ª região - PE, autarquia federal incumbida da fiscalização do exercício das atividades profissionais do economista, sediado na Rua do Riachuelo, 105, sala 212, Edf. Círculo Católico – Boa Vista – Recife, PE – CEP 50.050-400, inscrito no CNPJ sob o nº 01.698.061/0001-37, tem por objetivo estimular e valorizar a qualidade das monografias de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômicas no estado de Pernambuco.

II – DOS TRABALHOS

Art. 2º Os trabalhos devem atender às especificações adotadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para monografias. Deverão, ainda, ser acompanhados de um resumo contendo os objetivos, metodologia e conclusões.

§1º Somente serão aceitos textos escritos no idioma **português**.

§2º **Não deverá constar**, em nenhuma página do trabalho, qualquer marca ou registro que identifique a instituição de ensino de origem do trabalho, o autor, seu orientador (inclusive agradecimentos e dedicatórias), Cidade/UF e afiliação institucional.

§3º **As monografias concorrentes devem ter sido defendidas no ano-calendário de 2025 ou, se defendidas no ano-calendário de 2026, devem se referir ao ano letivo de 2025**, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação e localizado em Pernambuco.

III – DAS INSCRIÇÕES

Art. 3º Os trabalhos deverão ser enviados, exclusivamente, para o correio eletrônico gerencia@coreconpe.gov.br, entre **13/04/2026 e 17/06/2026**, pela **coordenação do curso de graduação em Ciências Econômicas** em que a monografia foi aprovada.

§Único. Cada curso poderá inscrever até **quatro** monografias.

Art. 4º As monografias devem ser entregues por e-mail, em arquivo Word ou pdf, com pseudônimo do autor na parte superior da primeira página do texto, **sendo vetada qualquer identificação do autor ou orientador no corpo do trabalho, sob pena de desclassificação**.

Art. 5º A identificação completa do autor da monografia será realizada em formulário específico, cujo modelo se encontra no site do Corecon-PE.

§Único. O Formulário deve ser entregue em um e-mail separado, e igualmente identificado apenas com o pseudônimo do autor, seguindo as mesmas exigências descritas no Art. 3º.

Art. 6º A inscrição do trabalho implica a automática cessão parcial gratuita dos direitos de publicação,

ficando autorizada a reprodução do todo ou parte em qualquer tempo e/ou meio editorial de comunicação, a critério do Corecon-PE.

§Único. Esta cessão não impede o autor de exercer seus direitos de publicação sobre a obra.

IV – DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 7º Para seleção final será formada Comissão Julgadora composta de no mínimo **três economistas registrados e em situação regular junto ao Corecon**, com qualificação técnica e formação acadêmica compatíveis, conforme os critérios do Corecon-PE.

Art. 8º São **irrevogáveis e definitivos os julgamentos estabelecidos pela Comissão Julgadora**, não cabendo, portanto, qualquer forma de solicitação de revisão das premiações por parte dos candidatos.

Art. 9º As decisões da Comissão Julgadora serão tomadas por maioria absoluta dos votos de seus membros.

V – DOS PRÊMIOS

Art. 10º Os prêmios contemplarão os três melhores trabalhos inscritos.

§Único. A Comissão Julgadora poderá decidir pela não concessão ou pela concessão parcial de prêmios, justificando a decisão em documento dirigido ao Corecon-PE.

Art. 11 Ficam estabelecidos os seguintes valores de premiação:

- a) 1º lugar: R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- b) 2º lugar: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e
- c) 3º lugar: R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 12 A monografia selecionada em primeiro lugar no **20º** Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE será considerada para publicação em livro.

§1º Na ocorrência da publicação da monografia premiada em primeiro lugar, seu autor receberá cinco exemplares da edição específica.

§2º O Corecon-PE reserva-se ao direito de proceder à revisão ortográfica e gramatical dos trabalhos premiados, para fins de publicação.

Art. 13 Serão agraciados com Diploma de Honra ao Mérito os professores orientadores e as instituições de ensino que aprovaram as monografias premiadas.

Art. 14 A cerimônia de premiação será realizada em evento, presencial ou online, promovido pelo Corecon-PE, com data, local e programação a serem definidos.

Art. 15 Os valores dos respectivos prêmios estarão sujeitos à incidência, dedução e retenção de impostos, conforme legislação em vigor, por ocasião da data de pagamento deles.

Art. 16 Os prêmios são intransferíveis e inegociáveis, e terão validade até o dia **10/12/2026**. Em caso de renúncia à premiação, o Corecon-PE deliberará sobre a destinação do seu valor.

VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 A inscrição da monografia implica a aceitação, por seu autor, de forma ampla e irrestrita, de todas as exigências e disposições deste regulamento, acarretando desclassificação o não cumprimento de qualquer de seus dispositivos, a juízo do Corecon-PE.

Art. 18 Ficam impedidos de concorrer à premiação os trabalhos de autoria ou realizados sob orientação de

membro das Comissões Julgadoras, de conselheiro que esteja na Comissão Organizadora do Prêmio ou de funcionário do Corecon-PE.

Art. 19 Os casos omissos serão resolvidos pelo Corecon-PE.

Recife, *data da assinatura digital*.

Econ. Keynis Cândido de Souto
Presidente do Corecon-PE

Elaborado por Rayssa Mercês



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Kelly Melo das Mercês, Gerente**, em 08/04/2026, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0215143** e o código CRC **C03C7002**.

FORMULÁRIO

20º PRÊMIO PERNAMBUCO DE ECONOMIA DIRCEU PESSOA ANO 2026

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nome completo	
CPF	
RG/Órgão Expedidor/UF	
Celular	
WhatsApp	
E-mail	
Logradouro	
Número	
Complemento	
Bairro	
Cidade	
Estado	
CEP	
Vinculação Acadêmica	
Orientador(a)	
Pseudônimo	

Os trabalhos deverão ser enviados, exclusivamente, para o correio eletrônico gerencia@coreconpe.gov.br, entre 13/04/2026 e 17/06/2026, pela coordenação do curso de graduação em Ciências Econômicas em que a monografia foi aprovada.

Elaborado por Rayssa Mercês



Documento assinado eletronicamente por **Rayssa Kelly Melo das Mercês, Gerente**, em 08/04/2026, às 09:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0215144** e o código CRC **5AE78322**.

PROJETO

Conselho Regional de Economia da 3ª Região – PE **20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa**

1. TÍTULO

20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE

2. REALIZAÇÃO

Conselho Regional de Economia da 3ª Região – PE

3. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

01/04/2026 a 31/08/2026

4. APRESENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo demonstrar a base legal, a estrutura organizacional e o orçamento previsto para a realização do **20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE**. O Prêmio está amparado nos dispositivos legais do **Art. 7º, alínea “a”, e Art. 10, alínea “d” da Lei nº 1.411/51**, bem como nos **artigos 30 e 93 da Lei nº 14.133/2021**, e segue as diretrizes do Capítulo 7.1.3 da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista.

Com caráter de concurso na modalidade licitatória, o Prêmio é amplamente divulgado nas Instituições de Ensino Superior do estado e regido por regulamento próprio, aprovado pela **Resolução nº 1, de 31 de março de 2026**, do Corecon-PE, em obediência ao que estabelece o capítulo 7.1.3 da Consolidação.

O Regulamento do concurso indica a qualificação exigida dos participantes, as diretrizes e a forma de apresentação dos trabalhos, as condições de realização do concurso, a composição e as atribuições da Comissão Julgadora, os prêmios a serem concedidos e a concessão do direito de divulgação dos trabalhos, pelos autores, ao Corecon-PE.

A Comissão Julgadora é composta de, no mínimo, três profissionais economistas, com qualificação técnica e formação acadêmica compatíveis, conforme os critérios do Corecon-PE.

A Comissão de Eventos e Premiações, responsável pela organização do 20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa, é composta pelos Conselheiros Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Coordenadora, Cezar Augusto Lins de Andrade, José Farias Gomes Filho e Patrícia de Souza da Silva, e pela Gerente Executiva Rayssa Kelly Melo das Mercês.

5. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

O Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE foi instituído – pioneiramente, nos níveis regional e nacional inclusive - pelo Conselho Regional de Economia da 3ª região – PE, com o objetivo de estimular e valorizar a qualidade e relevância das monografias de conclusão de curso das graduações em ciências econômicas, sendo as melhores entre essas indicadas pelas coordenações pedagógicas de cada curso em funcionamento no estado.

Com o 20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE, o Conselho Regional de

Economia da 3ª região – PE também terá por objetivo resgatar a memória – bem como as contribuições à categoria profissional do economista Dirceu Murilo Pessoa (1937-1986), economista pernambucano, militante de renome nacional das causas do desenvolvimento regional e da reforma agrária. Este objetivo será contemplado na publicação de livro, condicionada à captação de patrocínio, contendo a monografia premiada na primeira colocação e um conjunto de breves ensaios/depoimentos sobre Dirceu Pessoa, a serem selecionados pela Comissão de Eventos e Premiações.

Conforme o Capítulo 7.1.3 da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, o Prêmio será amplamente divulgado nas instituições de ensino superior e vinculadas à área de economia no estado, por meio de visitas da Comissão de Eventos e Premiações, que entregará cartazes, folhetos e o Regulamento do Prêmio aos coordenadores dos cursos de graduação em ciências econômicas e/ou às assessorias de comunicação da instituição, além da divulgação na sede do Corecon-PE, nas redes sociais *Facebook*, www.facebook.com/CoreconPE, e *Instagram*, www.instagram.com/corecon.pe, e no site, www.coreconpe.gov.br.

A monografia que obtiver a primeira colocação no concurso estará automaticamente inscrita no Prêmio Brasil de Economia, conforme capítulo 7.1.3 da aludida Consolidação.

O Corecon-PE compromete-se a registrar o apoio dos patrocinadores do Prêmio nas peças publicitárias e de divulgação alusivas ao próprio Evento e aos que esteja integrado, como o Evento Comemorativo ao Dia do Economista 2026, nos quais terão espaço para montar quiosque para promoção de suas marcas e produtos.

6. CRONOGRAMA DE TRABALHO: Etapas e atividades do XIX Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE

Data	Atividade
10/04/2026	Publicação do Edital do concurso de monografias no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE)
13/04/2026 a 17/06/2026	Período de inscrições das monografias de graduação indicadas pelas coordenações de curso
Até 31/05/2026	Definição da Comissão Julgadora
19/06/2026	Envio das monografias à Comissão Julgadora
Entre 27 e 30/07/2026	Reunião da Comissão Julgadora com a Comissão Organizadora para obter classificação dos três primeiros colocados, com base na avaliação da Comissão Julgadora
Até 31/07/2026	Divulgação dos resultados
08/2026	Solenidade de entrega da premiação aos vencedores

7. PROGRAMAÇÃO

A solenidade de entrega dos diplomas e prêmios será realizada no Evento em Comemoração ao Dia do Economista, promovido pelo Corecon-PE, com data, local e programação a serem definidos.

8. ORÇAMENTO

Este item pretende demonstrar o orçamento global do certame, de forma a cobrir as despesas básicas do evento. Como segue:

8.1 DIVULGAÇÃO

Publicação do Edital	R\$ 700,00
Total (8.1)	R\$ 700,00

8.2 PREMIAÇÃO

1º colocado	Prêmio em dinheiro	R\$ 3.000,00
2º colocado	Prêmio em dinheiro	R\$ 2.000,00
3º colocado	Prêmio em dinheiro	R\$ 1.000,00
TOTAL (8.2)		R\$ 6.000,00

Poderá ocorrer retenção de Imposto de Renda - IR sobre o valor bruto de cada premiação, de acordo com a Tabela Progressiva do IR vigente.

8.3 ORÇAMENTO TOTAL

Total (8.1).....	R\$ 700,00
Total (8.2).....	R\$ 6.000,00
TOTAL	R\$ 6.700,00

9. FONTES DE CUSTEIO

A origem dos recursos necessários para a realização do 20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa obedecerá à discriminação abaixo:

Corecon-PE	R\$ 1.700,00
Cofecon	R\$ 3.000,00
Captação de patrocínio entre empresas e instituições.....	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 6.700,00

10. QUOTAS DE PATROCÍNIO

O Corecon-PE buscará captar duas quotas de patrocínio entre empresas e instituições do setor público e/ou privado, que possam se interessar em associar sua marca ao **20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa – Corecon-PE** e à categoria profissional dos economistas de Pernambuco.

11. CONTRAPARTIDAS OFERECIDAS

Como contrapartida oferecida aos patrocinadores do evento, a Comissão de Eventos e Premiações se compromete em:

- Inserir logomarca em todo material de divulgação, impresso e eletrônico, veiculado em cartazes, jornais de grande circulação, sítio na internet, redes sociais, listas de e-mails e de *WhatsApp*;
- Disponibilizar espaço para stand de divulgação e distribuição de material publicitário no hall do evento;
- Citação da instituição ou empresa patrocinadora na abertura e finalização do evento;
- Cessão da lista de inscritos com nome completo, telefone, endereço de e-mail dos participantes do evento, caso previamente autorizado pelo inscrito, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

12. PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Corecon-PE compromete-se a apresentar a prestação de contas do certame, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da conclusão do evento, conforme determina o Capítulo 7.1.1 da Consolidação.

Recife, *data da assinatura digital*.

Econ. Keynis Cândido de Souto

TERMO DE COMPROMISSO

Senhora Presidenta do Conselho Federal de Economia – COFECON

O Conselho Regional de Economia da 3ª Região - PE, CNPJ nº 01.698.061/0001-37, por sua presidente, vem perante este COFECON solicitar auxílio financeiro para a realização do evento denominado **20º Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa**, nos termos da Resolução nº 1.896. Para tanto, apresenta inicialmente, em anexo, o necessário plano de trabalho do evento, ao tempo em que declara conhecer e comprometer-se com os seguintes critérios e condições:

~~I. o auxílio é concedido ao amparo da Lei nº 8.666/1993 e da Resolução nº 1.896 do COFECON; (Revogado pela Resolução nº 2.133, de 31 de julho de 2023)~~

I. o auxílio é concedido ao amparo da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução nº 1.896 do Cofecon; ([Incluído pela Resolução nº 2.133, de 31 de julho de 2023](#))

II. a sua aplicação é controlada nos termos dos artigos 6º e 8º da Lei 8.443/1992, sendo que a omissão na prestação, desvios ou aplicações em desacordo com as finalidades expressas no termo de compromisso ensejarão a instauração de Tomada de Contas Especial nos termos daqueles dispositivos legais.

III. o solicitante deve aplicar os recursos recebidos exclusivamente nas finalidades objeto do auxílio, na forma discriminada em detalhe no plano de trabalho anexo;

IV. o solicitante deve conceder as contrapartidas exigidas pelo artigo 14 da Resolução nº 1.896, em benefício do Conselho Federal de Economia, de profissionais e estudantes devidamente registrados, nas condições descritas em detalhe no plano de trabalho anexo, bem como aquelas pactuadas com o Conselho concedente durante o processo de aprovação do auxílio;

~~V. sendo o beneficiário integrante da Administração Pública, as despesas custeadas com os recursos concedidos deverão obrigatoriamente ser executadas segundo as normas licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata, devendo a observância dessa exigência ser comprovada na prestação de contas; (Revogado pela Resolução nº 2.133, de 31 de julho de 2023)~~

V. sendo o beneficiário integrante da Administração Pública, as despesas custeadas com os recursos concedidos deverão obrigatoriamente ser executadas segundo as normas licitatórias previstas na Lei nº 13.133/2021 e legislação correlata, devendo a observância dessa exigência ser comprovada na prestação de contas; ([Incluído pela Resolução nº 2.133, de 31 de julho de 2023](#))

VI. o solicitante compromete-se a apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da conclusão do evento, prestação de contas formalizada nos termos do artigo 17 da Resolução nº 1.896 do Cofecon, composta dos seguintes documentos:

a) relatório de acompanhamento qualitativo e quantitativo do evento, destacando as metas alcançadas e os principais indicadores de sucesso;

b) demonstrativo financeiro discriminando as receitas auferidas pelo evento e as despesas realizadas;

c) cópias dos documentos formais relativos às despesas realizadas, que comprovem o valor total aplicado pelo beneficiário no evento, para fins de verificação do cumprimento da contrapartida aplicada e dos valores-limite fixados para o auxílio;

~~d) prova do atendimento às normas licitatórias, para aquisição de bens ou contratação de serviços, conforme estabelece a legislação federal em vigor, em especial, cópia da publicação dos contratos celebrados, art. 61 parágrafo único da Lei 8.666/1993, cópias da publicação das dispensas ou inexigibilidades de licitação, art. 26 da Lei 8.666/1993, cópia do despacho de adjudicação dos processos de dispensa de licitação baseados no art. 24 incisos I e II da Lei 8.666/1993; (Revogado pela Resolução nº 2.133, de 31 de julho de 2023)~~

d) prova do atendimento às normas licitatórias, para aquisição de bens ou contratação de serviços, conforme estabelece a legislação federal em vigor, em especial, cópia da publicação dos contratos celebrados, cópias da publicação das dispensas ou inexigibilidades de licitação, cópia do despacho de adjudicação dos processos de dispensa de licitação; ([Incluído pela Resolução nº 2.133, de 31 de julho de](#)

2023)

e) extratos bancários que demonstrem o recebimento dos recursos do auxílio e a realização das despesas;

f) documentação comprobatória da efetiva concessão de todas as contrapartidas e demais condições a que se compromete a entidade beneficiária neste termo de compromisso;

VII. o solicitante tem ciência de que é vedada a concessão de auxílio:

a) a entidade que apresente qualquer pendência relativa à prestação de contas de auxílio anteriormente recebido do Conselho Federal de Economia;

b) a Conselho Regional de Economia que apresentar qualquer tipo de pendência perante o Conselho Federal de Economia, especialmente os referentes a atraso na remessa de cota-parte, atraso ou falta de pagamento de empréstimo ou parcelas de débitos eventualmente existentes e falta de documentação contábil;

c) a qualquer solicitante de auxílio que não ofereça contrapartidas consideradas aceitáveis pelo Conselho concedente.

VIII. se for constatada qualquer irregularidade na comprovação final dos gastos, o solicitante responsabiliza-se por realizar os ajustes fiscais e financeiros junto ao Conselho concedente no prazo de 90 dias após encerramento do evento, não podendo ultrapassar o limite do exercício financeiro da entidade, sob pena de aplicação de sanções legais cabíveis, além das constantes na Resolução nº 1.896 do Cofecon;

IX) o solicitante declara-se ciente de que:

a) não apresentada a prestação de contas no prazo fixado, o Conselho concedente instaurará imediatamente os procedimentos relativos a Tomada de Contas Especial, tal como previstos na legislação federal aplicável, em particular a Lei 8.443/1992, e na sua regulamentação interna;

b) o descumprimento do presente termo de compromisso, salvo motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados mediante justificação específica encaminhada pelo beneficiário ao Conselho, implicará também em:

1. caracterização de desvio de finalidade da aplicação da despesa correspondente aos termos e condições descumpridos, para efeitos do art. 16 inc. III alínea “d” da Lei 8.443/1992;

2. imediato e automático embargo da concessão de benefício ou auxílio de qualquer natureza ao beneficiário inadimplente por parte de qualquer CORECON ou do COFECON, a persistir até o ressarcimento das despesas correspondentes aos termos e condições descumpridos.

Nesses termos, o interessado requer o apoio detalhado no anexo plano de trabalho, ao tempo em que firma o presente termo com o qual assume formalmente as obrigações nele referidas.

Recife, *data da assinatura digital*.

Atenciosamente,

Econ. Keynis Cândido de Souto
Presidente do Corecon-PE